

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CAMPUS INHUMAS

ESPECIALIZAÇÃO EM DOCÊNCIA NA EDUCAÇÃO BÁSICA E PROFISSIONAL

KARINE VICENCIA SOUTO QUEIRÓS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE GEOGRAFIA

INHUMAS - GO

2021

KARINE VICENCIA SOUTO QUEIRÓS

EDUCAÇÃO INCLUSIVA, FORMAÇÃO DOCENTE E ENSINO DE GEOGRAFIA

Pesquisa apresentada ao Curso de Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional do Instituto Federal de Goiás - Campus Inhumas como requisito parcial para conclusão do curso, sob orientação da Prof^a Dr^a Maria Angélica Peixoto.

INHUMAS - GO

2021

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação

Queirós, Karine Vicencia Souto

Q3 Educação inclusiva, formação docente e ensino de geografia [Manuscrito]. / Karine Vicencia Souto Queirós – Inhumas: IFG, 2021.

25 f.

Bibliografia.

Orientador: Prof. Dra. Maria Angélica Peixoto

Trabalho de conclusão de curso de Especialização em Docência na Educação Básica e Profissional – IFG/Câmpus Inhumas, 2021.

1. Educação Inclusiva 2. Ensino da Geografia 3. Formação Docente. 4. Peixoto, Maria Angélica (orientadora). I. Título.

CDD 370.71

Ficha catalográfica elaborada pela bibliotecária
Larissa Stefane Rodrigues de Lima - CRB/1-3424
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Câmpus Inhumas – Biblioteca Atena



INSTITUTO FEDERAL
Goiás

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE GOIÁS
CÂMPUS INHUMAS

ATA Nº 149706/ 2021

ATA DA SESSÃO PÚBLICA DE APRESENTAÇÃO E DEFESA DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aos oito dias do mês de abril de dois mil e vinte e um, às quatorze horas, no Instituto Federal de Goiás, Câmpus Inhumas, nesta seção realizada por web conferência na sala <https://meet.google.com/kjj-sosg-mar>, situado à Avenida Universitária, Setor Vale das Goiabeiras, da cidade de Inhumas, Estado de Goiás, foi realizada a sessão pública de apresentação e defesa do Trabalho de Conclusão de Curso da Pós Graduanda Karine Vicência Souto Queirós a (matrícula 20191030170175) do curso de Pós-Graduação Lato-Sensu em Docência na Educação Básica e Profissional, no segundo semestre do ano de dois mil e vinte. A banca foi composta pelos seguintes membros: Dra. Maria Angélica Peixoto (IFG – Câmpus Inhumas); Prof. Dr. Nildo Viana (Universidade Federal de Goiás); Profa. Dra. Darlene Ana de Paula Vieira (IFG – Câmpus Inhumas), sob a presidência do primeiro. O trabalho de conclusão de curso tem como título **“Educação Inclusiva, Formação Docente e Ensino de Geografia”**, sob orientação do Profa. Dra. Maria Angélica Peixoto (IFG – Câmpus Inhumas). Após a apresentação do Trabalho de Conclusão de Curso, tendo sido a autora arguida pela Banca Examinadora, a deliberação foi pela Aprovação.

Encerra-se a presente sessão às quinze horas e dezenove minutos. Eu, Prof. Dra. Maria Angélica Peixoto, dato e assino a presente ata que segue assinada por todos os membros da Banca e pela pós-graduanda.

Profa. Dra. Maria Angélica Peixoto

Prof. Dr. Nildo Viana

Profa. Dra. Darlene Ana de Paula Vieira

Karine Vicência Souto Queirós
(Pós - Graduanda)

Documento assinado eletronicamente por:

- **Nildo Viana, NILDO VIANA - 2347 - PROFESSORES DE CIÊNCIAS HUMANAS DO ENSINO SUPERIOR - UFG (01567601000143)**, em 15/04/2021 11:46:46.
- **Karine Vicência Souto Queiros, KARINE VICÊNCIA SOUTO QUEIROS - ESTUDANTE - IFG - CÂMPUS INHUMAS (10870883000497)**, em 15/04/2021 11:42:21.
- **Darlène Ana de Paula Vieira, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 08/04/2021 19:31:03.
- **Maria Angelica Peixoto, PROFESSOR ENS BASICO TECN TECNOLOGICO**, em 08/04/2021 17:01:01.

Este documento foi emitido pelo SUAP em 08/04/2021. Para comprovar sua autenticidade, faça a leitura do QRCode ao lado ou acesse <https://suap.ifg.edu.br/autenticar-documento/> e forneça os dados abaixo:

Código Verificador: 149706

Código de Autenticação: c34e789c7a



Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás
Av. Universitária, S/Nº, Vale das Goiabeiras, INHUMAS / GO, CEP 75402-556
(62) 3514-9516 (ramal: 9516), (62) 3514-9517 (ramal: 9517)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
SISTEMA INTEGRADO DE BIBLIOTECAS

TERMO DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAÇÃO NO REPOSITÓRIO DIGITAL DO IFG - ReDi IFG

Com base no disposto na Lei Federal nº 9.610/98, AUTORIZO o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás, a disponibilizar gratuitamente o documento no Repositório Digital (ReDi IFG), sem ressarcimento de direitos autorais, conforme permissão assinada abaixo, em formato digital para fins de leitura, download e impressão, a título de divulgação da produção técnico-científica no IFG.

Identificação da Produção Técnico-Científica

- | | |
|--|---|
| <input type="checkbox"/> Tese | <input type="checkbox"/> Artigo Científico |
| <input type="checkbox"/> Dissertação | <input type="checkbox"/> Capítulo de Livro |
| <input checked="" type="checkbox"/> Monografia - Especialização | <input type="checkbox"/> Livro |
| <input type="checkbox"/> TCC - Graduação | <input type="checkbox"/> Trabalho Apresentado em Evento |
| <input type="checkbox"/> Produto Técnico e Educacional - Tipo: _____ | |

Nome Completo do Autor: Karine Vicência Souto Queirós matrícula

Matrícula: 20191030170175

Título do Trabalho: Educação Inclusiva, Formação Docente e Ensino De Geografia

Autorização - Marque uma das opções

- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso aberto);
- Autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG somente após a data ___/___/___ (Embargo);
- Não autorizo disponibilizar meu trabalho no Repositório Digital do IFG (acesso restrito).

Ao indicar a opção **2** ou **3**, marque a justificativa:

- O documento está sujeito a registro de patente.
 O documento pode vir a ser publicado como livro, capítulo de livro ou artigo.
 Outra justificativa: _____

DECLARAÇÃO DE DISTRIBUIÇÃO NÃO-EXCLUSIVA

O/A referido/a autor/a declara que:

- o documento é seu trabalho original, detém os direitos autorais da produção técnico-científica e não infringe os direitos de qualquer outra pessoa ou entidade;
- obteve autorização de quaisquer materiais incluídos no documento do qual não detém os direitos de autor/a, para conceder ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás os direitos requeridos e que este material cujos direitos autorais são de terceiros, estão claramente identificados e reconhecidos no texto ou conteúdo do documento entregue;
- cumprir quaisquer obrigações exigidas por contrato ou acordo, caso o documento entregue seja baseado em trabalho financiado ou apoiado por outra instituição que não o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás.

Uberlândia 27/04/2021
Local Data

Karine Vicência Souto Queirós
Assinatura do Autor e/ou Detentor dos Direitos Autorais

RESUMO

O tema deste trabalho é a Educação Inclusiva e a formação docente em sua relação com o ensino de Geografia. Objetiva descobrir obstáculos enfrentados pelos docentes de Geografia no que se refere a sua formação para atuação na Educação Inclusiva de alunos com deficiência intelectual. Realizou-se uma revisão bibliográfica sobre a Educação Especial e as políticas públicas direcionadas a Educação Inclusiva. O material para análise foi coletado na plataforma Google acadêmico utilizando as palavras-chaves: “deficiência intelectual”, “inclusão”, “formação docente” e “ensino Geografia”. Após um processo de análise e seleção, foram incluídos, em nossa discussão, seis trabalhos científicos. Os resultados apontam que a Educação Inclusiva avançou em relação à capacitação inicial dos docentes de Geografia para atuarem em salas com alunos com deficiência intelectual, porém as discussões sobre o tema devem ser ampliadas e os currículos dos cursos de licenciatura necessitam ser aprimorados. Apesar da formação continuada ser essencial, não é oferecida gratuitamente por órgãos públicos. Devido à baixa remuneração, os docentes são levados a elevarem a carga horária de trabalho para que possam assumir os gastos. É nítido que o debate sobre sucesso ou fracasso da inclusão está focado na atuação dos docentes. Todavia, deve-se destacar que tal fato não pode ser analisado como único e exclusivo ponto de análise. A dinâmica dos ambientes escolares bem como a influência de todos os profissionais e estruturas que os compõem deve estar preparada para o atendimento e envolvimento com os alunos com deficiência intelectual de maneira a contribuir para a efetivação do processo de inclusão escolar.

Palavras-chaves: Educação Inclusiva; Ensino da Geografia; Formação Docente.

ABSTRACT

The theme of this work is Inclusive Education and teacher qualification in its relationship with the Geography teaching. It aims to find out the obstacles faced by Geography teachers with regard to their training to work in inclusive education for students with intellectual disabilities. A bibliographic review was accomplished on special education and public policies towards Inclusive Education. The material for analysis was collected on the Google academic platform using the keywords: "intellectual disability", "inclusion", "teacher qualification" and "Geography teaching". After a process of analysis and selection there has been included in our discussion, six scientific papers. The results point out that Inclusive Education has enhanced in relation to the initial qualification of Geography teachers to work in classrooms with students with intellectual disabilities, however the discussions on the theme must be augmented and the curricula of undergraduate courses need to be improved. Despite the importance of the free constant qualification, it is not provided by the public agencies. Due to the low remuneration, the teachers are led to increase the workload so that they can assume the expenses. It is clear that the debate about success or failure of inclusion is focused on the teachers' play-role. Nonetheless, this is not the only aspect to be observed. The school environments dynamics, as well as the influence of all professionals and structures that compose them, must be prepared for the care and involvement with students with intellectual disabilities in order to contribute to the effectiveness of the school inclusion process.

Keywords: Inclusive Education; Geography Teaching; Teachers Qualification.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	10
1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DA GEOGRAFIA.....	11
2. MATERIAL E MÉTODO.....	17
3. RESULTADOS E DISCUSSÃO.....	20
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	26
REFERÊNCIAS.....	28

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como tema a Educação Inclusiva e a formação docente em sua relação com o ensino de Geografia. Ao atuarem na Educação Inclusiva, os docentes de Geografia encontram grandes desafios, pois o processo de inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) exige uma diversificação dos métodos que se adaptem às necessidades de cada aluno.

Os docentes mediam a construção do conhecimento. Ao atuarem em instituições públicas ou privadas, devem ser habilitados e possuírem domínio de conteúdos e técnicas necessárias. Para isso, devem passar por processos contínuos de formação. A pouca qualificação dos professores é reflexo das condições precárias de trabalho e do descaso do poder público que se preocupa mais em implementar suas políticas de redução de gastos.

A formação dos profissionais da educação gera despesas aos cofres públicos e, conseqüentemente, a resistência dos líderes políticos. Os governantes brasileiros, com suas estratégias neoliberais, transferem para o docente toda a responsabilidade de aperfeiçoamento. Ser bom e eficiente leva ao sucesso, mas o caminho como se chega a esse aperfeiçoamento profissional é papel único e exclusivo do professor. O governo se isenta da obrigatoriedade de criar condições necessárias para capacitação profissional.

Diante disso, buscamos, através de consultas a referências bibliográficas, elucidar quais são as dificuldades e especificidades da formação docente para Educação Inclusiva no caso do ensino de Geografia para alunos com deficiência intelectual. Tendo como objetivo principal descobrir os obstáculos enfrentados pelos docentes de Geografia no que se refere a sua formação para atuação na Educação Inclusiva de alunos com deficiência intelectual, a pesquisa está estruturada em quatro tópicos. No primeiro tópico, destacamos os elementos introdutórios sobre a Educação Inclusiva e o ensino da Geografia e enfocando os avanços alcançados para promoção da igualdade de direitos entre os alunos.

O segundo tópico apresenta o material e métodos utilizados como base de interpretação para a pesquisa. Por se tratar de uma pesquisa qualitativa de revisão bibliográfica, analisa documentos oficiais, livros, artigos científicos que fornecem subsídios para a discussão.

O terceiro tópico destaca os resultados das discussões apresentadas na revisão bibliográfica com trabalhos científicos que tratam a questão do ensino da Geografia, Educação Inclusiva e formação docente. O material utilizado na discussão foi obtido através de pesquisas na plataforma Google Acadêmico, importante base de dados que apresenta um

panorama amplo da produção intelectual necessária para o desenvolvimento da presente pesquisa. E, por fim, no quarto e último tópico, estão às considerações finais, onde descrevem-se os resultados obtidos, destacam-se os obstáculos encontrados na pesquisa e levantam-se questões que poderão se desdobrar em outras pesquisas futuras.

1. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E O ENSINO DA GEOGRAFIA

Nos últimos anos, a Educação Inclusiva enfrentou grandes avanços a partir de movimentos organizados pela sociedade com o objetivo de promover a igualdade de direitos entre os alunos e conscientizar sobre a grande necessidade de a escola considerar e respeitar a diversidade do alunado. O termo “Educação Inclusiva” foi primeiramente utilizado na Declaração de Salamanca (1994), que destaca a garantia de acesso dos alunos com Necessidades Educacionais Específicas (NEE) às escolas regulares.

A Educação Inclusiva possui um histórico de desafios no Brasil. Durante muito tempo, os deficientes intelectuais tiveram dificuldades de acesso à escola comum. Nas últimas décadas, esse quadro passou por mudanças. O Brasil inseriu oficialmente a Educação Inclusiva na Política de Educação com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBN 9394/ 96), determinando que pessoas com NEE seriam incluídas em escolas de Ensino Regular.

Art. 58. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (BRASIL, 1996, p. 25).

Nessa perspectiva, a pesquisa será de grande relevância social visto que promoverá novas discussões e novas possibilidades para efetivação da inclusão dos alunos com NEE na escola comum.

A escola é um espaço público ou privado destinado ao ensino coletivo. As Nações Unidas declararam em 1948, a escola como direito de todo ser humano, assegurado pelo Artigo 26 da Declaração dos Direitos Humanos. As instituições escolares devem oferecer recursos materiais e humanos que concebam o processo de ensino, que deve contribuir para o desenvolvimento individual do aluno em seus aspectos cultural, social e cognitivo. A escola deve respeitar a diversidade dos indivíduos que dela participam. Considerando a igualdade de direitos entre os alunos, as práticas da inclusão devem ser respeitadas.

Inclusão é inserção, parte do princípio de que algo ou alguém estava fora e que foi incluído a um lugar ou grupo social. De acordo com Maciel e Barbato (2015), a inclusão se configura em um processo complexo por evidenciar a separação que é feita entre o individual

e o social, destacam que a maior referência de sentido da palavra inclusão tem sido da Inclusão Educacional.

A inclusão escolar se contrapõe às práticas educacionais segregadoras do século XVI com experiências de confinamento em manicômios e asilos e às práticas integradoras iniciadas na década de 1960. Elas defendem a permanência de alunos com NEE em salas comuns do ensino regular e a utilização de práticas pedagógicas e profissionais que atuem considerando as particularidades do aluno diante do processo de ensino aprendizagem.

As Necessidades Educacionais Específicas são verificadas em deficientes intelectuais, que apresentam um desenvolvimento cognitivo peculiar e diferente daquele apresentado pela maioria das pessoas da mesma idade. Suas limitações os inserem em um grupo fora do padrão social, ficam marginalizados e não conseguem, em sua maioria, as mesmas oportunidades garantidas aos considerados “normais”.

Na sociedade, os grupos minoritários reivindicam historicamente igualdade de direitos que refletem em mudanças sociais. Diante de tal dinâmica, nasce o chamado processo de inclusão que busca inserir os excluídos em lugares de que antes não faziam parte. Nesse processo, a escola inclusiva deve ser plena, livre de preconceitos e, ao mesmo tempo em que ela deve mediar o ensino do coletivo, deve reconhecer e valorizar a diversidade. O respeito à diversidade parte do princípio de que todos os seres humanos devem ter seus direitos resguardados em qualquer instituição social.

Segundo Kelman e Amparo (2015), torna-se necessário, tal como Vigostky, reconhecer que as leis do desenvolvimento humano são as mesmas para todos os indivíduos e o que muda é o caminho traçado, o caminho percorrido.

O reconhecimento de que essas leis são as mesmas, inclusive no desenvolvimento atípico, sugere que se necessite estudar as formas adequadas para que as crianças com desenvolvimento atípico possam também adquirir a formação das funções psíquicas superiores... como o pensamento conceitual, a linguagem, a memória lógica e a atenção voluntária. Este mecanismo é conhecido como compensação (KELMAN; AMPARO apud MACIEL; BARBATO, 2015, p. 28).

Todos os alunos, dentre eles os que apresentam um desenvolvimento atípico, devem encontrar um ambiente escolar que tenha condições adequadas para que considere os potenciais individuais e, a partir deles, promova a superação dos obstáculos encontrados harmonizando o processo de ensino aprendizagem. No Brasil, apesar da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996, garantir o ensino para alunos com NEE preferencialmente na rede regular de ensino, a efetivação desse processo se esbarra em outras premissas presentes nas práticas docentes:

As instituições escolares foram preparadas para o atendimento de alunos com Necessidades Educacionais Específicas? Os docentes em sua formação inicial foram adequadamente preparados para atuarem com a diversidade? Os docentes participam do processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários para atuarem na Educação Inclusiva?

Essas e outras questões são passíveis de dúvidas e questionamentos e geram frequentes discussões em instituições escolares. Muitos alunos com deficiência intelectual, mesmo amparados pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva, continuam frequentando escolas especiais. Tal fato ocorre em função da falta de preparação adequada dos profissionais e das instituições escolares para acolher esses alunos de maneira a efetivar o processo educacional.

A discussão em torno da atuação do professor em escolas inclusivas nos remete a uma análise da legislação brasileira. Ela determina que os sistemas de ensino estabeleçam normas de funcionamento de maneira a garantir escolas com professores capacitados, porém nos esbarramos em problemas que vão além do que é previsto na lei, teoria e prática se chocam. Nas Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB 02/2001, publicada no DOU 14/09/2001 destaca o conceito de professor capacitado.

§1º São considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores... (BRASIL, 2001, p. 5).

No ensino escolar, os docentes, no caminho percorrido para ministrar suas aulas, devem considerar as NEE dos alunos. Com olhares criteriosos, devem analisar o particular para que surjam novas possibilidades a partir da criação de estratégias e adaptações curriculares. Nesse sentido, é de extrema importância a formação docente, seja a inicial ou a continuada. A partir dela, esses profissionais terão condições de planejarem suas aulas.

Nessa concepção, é imprescindível a formação dos docentes, visto que exercem um papel de destaque, à medida que são responsáveis pelo direcionamento do ensino escolar. Diante do seu alunado, devem ser reflexivos, dominar procedimentos, investigar hipóteses e socializar conhecimentos. A Resolução CNE/CP 1, de 18 de fevereiro de 2002, destaca as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica determinando que cada instituição deve promover a organização curricular de maneira a preparar os docentes para o acolhimento e o trato da diversidade. As instituições de nível

superior devem inserir em suas grades curriculares conteúdos que permitam aos licenciados em Geografia se tornarem aptos para atuarem em escolas inclusivas.

A Constituição Federal (1988) declara a: “Educação como integral e de direito de todos para o exercício da cidadania”. Dessa forma, o docente e a escola devem se adequar às necessidades de seus alunos. Diante de tal garantia legal, o êxito dos docentes em relação à inclusão escolar, deve ser analisado considerando inúmeros obstáculos e limites.

A realidade dos professores, na maioria das vezes, está estruturada em um cenário que dificulta a efetivação da inclusão. Atuando em salas superlotadas, com baixíssimos salários, falta de equipamentos e infraestruturas adequadas, enfrentam jornadas de trabalho duplo ou até tripla para obterem um rendimento mais elevado. Sendo assim, o docente responsável por cuidar com competência dos alunos com NEE e dar conta da “diversidade” fica impossibilitado de encontrar oportunidades para uma aproximação com os alunos em sua totalidade de maneira a identificar suas particularidades e potencialidades.

A despeito desses entraves e longe de responsabilizá-los, acredita-se que seja possível criar estratégias para garantir práticas docentes mais eficazes. Todavia, para a efetivação dessas práticas docentes, devem-se considerar os limites impostos. Elas não devem ser consideradas as únicas soluções para a questão da diversidade nas escolas. É necessário mais do que a vontade do docente, pois requer investimento e melhoria da escola como um todo. Os docentes e demais agentes escolares devem ver a inclusão escolar como um processo necessário de superação de desafios diários, porém cabe ao poder público um maior interesse em investir em políticas públicas voltadas para Educação Inclusiva, bem como fiscalizar para que sejam efetivadas.

Em relação ao ensino da Geografia, Moraes (1993) destaca que seu nascimento e consolidação está relacionado ao tempo, a fatos do cotidiano como viagens, descrições de lugares, levantamento de dados entre outros. Como disciplina escolar, a inserção do ensino da Geografia teve início no final do século XIX na Europa, paralela ao processo de expansão da escolarização pública.

Essa relação entre ciência e matéria escolar se faz importante na medida em que nos ajuda a refletirmos sobre o que a ciência estava produzindo num dado momento e o que de fato repercutiu nos fundamentos da Geografia, quando esta foi implantada no currículo das escolas no final do século XIX, na Europa. Sua inserção coincide com a expansão da escolarização pública, projeto este da burguesia que buscava consolidar o Estado-Nação e o capitalismo industrial, e, nesse contexto, a escola aparece como espaço de formação capaz de impor aos educandos uma unidade nacional forjada nos interesses da burguesia. A escola foi o mecanismo principal utilizado pela burguesia para converter os cidadãos à nova lógica do trabalho assalariado. Pontualidade, regularidade, ordem e silêncio eram atributos desejáveis e necessários à formação do novo cidadão da sociedade industrial (BARBOSA, 2016, p. 87).

Durante muito tempo, as instituições escolares possuíram um caráter religioso e elitista. Apenas as pessoas ligadas ao clero e a classe dominante tinham acesso à leitura e a escrita. Através dos ideais iluministas, os direitos deixam de estar fundamentados em Deus e na Igreja e passam a ter um caráter antropocêntrico. Para Pereira (1993), inicia-se uma jornada à democratização dos direitos humanos e firmada na Declaração Universal dos Direitos Humanos em 1948. Para a autora, a partir daí, a escola pública é vista como uma instituição capaz de promover uma difusão do conhecimento ao mesmo tempo que contribuiria para a formação de todos os cidadãos.

Considerando as mudanças sociais no cenário mundial, a democratização do ensino se relaciona com o evento Iluminismo. Houve um rompimento da hegemonia religiosa e, conseqüentemente, a redução dos privilégios do clero e da nobreza. Através do uso da racionalidade, houve uma ampliação pela busca do conhecimento refletindo em transformações sociais e na alteração dos direitos. Ocorreu a sistematização do conhecimento geográfico ligado ao avanço das relações capitalistas e dos ideais iluministas.

Como nos afirma Barbosa (2016), a burguesia tornou a educação pública com o objetivo de enfraquecer o domínio da igreja à medida que fortalecia seus ideais de submissão ao novo sistema buscando na realidade uma sociedade passiva diante da dinâmica do trabalho assalariado, cumprindo regras impostas pela classe burguesa, que visava a se fortalecer enquanto classe em ascensão.

A burguesia criou, defendeu e disseminou uma ilusória igualdade através da implantação do sistema escolar como um meio de transmissão de conhecimento para a consolidação do capitalismo e do Estado. Nessa perspectiva, a Geografia foi introduzida nos currículos escolares. Aliada a expansão da escola pública, assumiu o seu papel como disciplina partindo da concepção de que o ser humano sempre teve a necessidade de conhecer o espaço e as relações sociais nele existentes e deve ser reflexiva em relação às mudanças sociais.

Pensar o ensino da Geografia exige uma reflexão ampla, pois está diretamente relacionada ao cotidiano dos alunos. Devem ser considerados o tempo e o espaço visto que tais fatos marcam o fundamento dessa ciência e devem ser considerados partes do processo de ensino. Através do estudo do espaço geográfico, a Geografia nasceu como uma disciplina escolar responsável pela análise das relações existentes nesse espaço de maneira a levar os alunos a compreenderem o mundo o qual estão inseridos. Os docentes devem promover junto aos alunos o estudo do espaço geográfico analisando os aspectos físicos da Terra ligados as

ações humanas. No ensino da Geografia, são considerados os elementos naturais, as relações entre os indivíduos, os diferentes grupos sociais e as mudanças que ocorrem ao longo do tempo no espaço.

As instituições escolares estão mais acessíveis à maioria das classes sociais se comparada a realidade vivida até o século XVIII, porém não foram democratizadas. Devemos ter a consciência de que quem detém o poder político e econômico é a classe dominante formada por uma pequena parcela da população, tal classe utiliza desse poder para reprimir os menos favorecidos e defender seus interesses. A grande maioria da população continua marginalizada em relação a uma educação pública, democrática e de qualidade.

Preparar a escola e os docentes para que os alunos com deficiência intelectual sejam inseridos na rede regular de ensino de maneira efetiva demanda uma longa caminhada que ainda não se tornou realidade. A escola e os docentes de Geografia devem promover a construção de valores humanos para que ocorra uma transformação social. Em suas práticas escolares, os professores de Geografia utilizam diversos métodos que contribuam para o dinamismo e a eficiência do processo de ensinar e aprender, seus conteúdos. Nessa dinâmica, os conteúdos devem ser explorados de maneira crítica e questionadora levando à construção de novos saberes e a compreensão da realidade.

Tal fato se torna um grande desafio visto que, para execução de uma prática efetivamente inclusiva, é primordial que no seu processo de formação inicial e continuada, sejam implementados modelos educacionais que tornem o professor capacitado como defendem as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica, Resolução CNE/CEB 02/2001.

Verifica-se que, na realidade, os docentes tanto em formação inicial quanto na continuada, na maioria das vezes, não passam por um processo de análise e discussão do processo de inclusão escolar. Diariamente, os professores de Geografia, durante suas práticas em escolas comuns, se deparam com muitos alunos com NEE. Dessa forma, quando o profissional se encontra uma situação para qual não foi preparado ele se questiona sobre a estratégia que deve utilizar para alcançar êxito.

Nas escolas, muitas vezes se confunde matrícula e permanência de alunos com NEE com a garantia para a efetivação da inclusão, isso é um grande equívoco, pois grande parte desses alunos com NEE não têm acesso ao atendimento adequado que possibilite o desenvolvimento de habilidades que os levem a superar as barreiras criadas pela deficiência. As escolas e professores devem ser conscientes de que as diferenças entre os alunos devem

ser respeitadas, devem haver todas as mudanças necessárias no que se refere à proposta pedagógica, ao currículo, a avaliação e a disponibilidade de recursos materiais e humanos.

Ao professor de Geografia cabe a função de refletir sobre suas práticas de maneira a contribuir para a consolidação da inclusão escolar, deve entender a inclusão educacional como política pública, como direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 e pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB nº 9.394/96).

Tomando a escola como espaço e meio de formação cidadã, os alunos devem se reconhecer como agentes construtores e transformadores do espaço geográfico e, conseqüentemente, do mundo em que estão inseridos. Todos devem ter as mesmas oportunidades e suas limitações devem ser respeitadas. Aos professores, cabe a função de mediar tal processo.

A formação acadêmica em Geografia oferecida pelas instituições superiores é de extrema importância para a capacitação profissional dos professores. Para que haja uma mudança na realidade docente diante do processo de inclusão, as instituições superiores do curso de Licenciatura em Geografia devem realizar adequações curriculares que permitam aos futuros profissionais um embasamento necessário para conduzir o processo educacional respeitando a diversidade. A partir dessa dinâmica, a Geografia como disciplina deve estar inserida nesse processo de adequação de maneira a cumprir o seu papel como disciplina escolar.

Durante nossa atuação como docentes, verificamos que, atualmente, o processo de inclusão de alunos com NEE na maioria das vezes é uma falácia. Os alunos com deficiência intelectual são lançados em escolas regulares, geralmente em uma das extremidades da sala de aula e ali são excluídos das atividades. As limitações intelectuais não permitem uma interação com as dinâmicas aplicadas. Tal cenário poderia ser revertido caso houvesse maior interesse por parte do poder público, com a criação de políticas educacionais eficientes que permitissem condições de envolvimento dos docentes com seus alunos.

2. MATERIAL E MÉTODO

A pesquisa consiste em um levantamento de informações sobre a Educação Inclusiva, a formação docente e o ensino de Geografia. A partir de uma abordagem qualitativa, buscou-se informações sobre o tema em questão. Inicialmente, foram realizadas revisões bibliográficas e análises de documentos oficiais que destacavam o assunto Educação Inclusiva. Buscando a interpretação aprofundada e considerando a proposta da LDBN 9394/96, será discutida a inclusão dos alunos com deficiência intelectual na escola comum através

de uma ampla revisão bibliográfica sobre Educação Especial, políticas públicas direcionadas a Educação Inclusiva e a formação de docentes de Geografia.

Todo o material para análise foi coletado na plataforma Google acadêmico utilizando as palavras-chave: “deficiência intelectual”, “inclusão”, “formação docente” e “ensino Geografia”. No decorrer das pesquisas, realizou-se uma leitura prévia dos resumos e, a partir deles, fez-se a inclusão ou exclusão do material encontrado. Durante as pesquisas, em função da grande variedade de materiais relacionados ao tema inclusão, concentraram-se as buscas em obras no idioma português e que tratassem especificamente da inclusão de alunos com deficiência intelectual e na formação de professores de Geografia voltadas a inclusão.

Inicialmente, foram encontrados, prioritariamente em língua portuguesa, cento e dezenove trabalhos científicos de acordo com as palavras-chave definidas. A partir desse total, fez-se um afinamento do material, foram excluídas cento e treze publicações que apresentavam assuntos relacionados a outro tipo de NEE que não fosse a intelectual como, por exemplo, deficientes visuais e Transtorno do Espectro do Autismo.

Não foram inseridos em nossa análise também trabalhos que abordassem temas específicos, tais como métodos de avaliação, estratégias de adaptação curricular, trabalhos relacionados a outras disciplinas como Educação Física e História e análise de políticas públicas. Foram excluídos também materiais relacionados a alguns estudos de caso que se tratavam de pesquisas muito específicas que dificultavam a conexão com a análise em curso.

Após esse processo de análise e seleção, foram incluídos na discussão um total de seis trabalhos científicos, entre os quais, quatro artigos, um trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Geografia e uma tese de doutorado. Depois de selecionados, os seis trabalhos que se encaixaram nos critérios citados, foram abertos integralmente e foram realizadas leituras mais aprofundadas. Durante a leitura, foram realizados fichamentos bibliográficos de maneira a identificar os textos que fornecessem bases para discussões que alicerçassem a estrutura da pesquisa. Enfim, a partir das referências selecionadas foram concretizadas reflexões sobre os caminhos a serem trilhados pela Educação Inclusiva no ensino da Geografia.

Entre os artigos, está o: **Ensino de Geografia na Educação Inclusiva nos Anos Finais da Educação Básica**, publicado pela Revista Tocantinense de Geografia, pelos autores Daniel Rodrigues Silva Luiz Neto e Juanice Pereira Santos Silva. Através de uma abordagem qualitativa, esse trabalho realizou uma discussão teórica sobre o ensino da Geografia destacando as práticas diversificadas que podem contribuir para que o aluno com Deficiência Intelectual se desenvolva de maneira inclusiva e autônoma, enfatizando a necessidade de um

maior investimento na formação, nas condições de trabalho docente, bem como de maior envolvimento do docente na transformação social por meio da Educação Geográfica.

Outro artigo utilizado em nossa análise foi: **Travessias e Desafios da Formação Docente de Geografia: Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**, publicado pela Revista de Ciências da Educação Americana pelos autores, Luiz Martins Junior, Rosa Elisabete Militz Wypczynski Martins e Julice Dias. Através de um estudo qualitativo e de natureza exploratória, o trabalho discutiu os saberes docentes destacando os caminhos para a formação dos professores de Geografia na perspectiva da Educação Inclusiva no contexto brasileiro, utilizou como unidade de análise a atuação dos professores na relação pedagógica com os alunos da Educação Especial.

O terceiro artigo selecionado foi dos autores Daniel Luiz Stefenon e Gilmar de Carvalho Cruz publicado na revista Formação Docente e intitulado como: **Representações de Estudantes de Licenciatura em Geografia Sobre a Inclusão na Escola**. Os autores destacaram a maneira como alunos de licenciatura em Geografia de uma universidade pública do Estado do Paraná concebem a questão da inclusão escolar e produziram um diagnóstico das representações dos alunos a fim de compor um panorama das carências e potencialidades presentes na formação inicial oferecida no que se refere à inclusão.

O último artigo selecionado tem como título: **O Ensino de Geografia e Educação Inclusiva: Como Podemos Melhorar o Ensino e Aprendizado?** Foi publicado nos Anais do III EnpegSul – Encontro de Práticas de Ensino de Geografia da Região Sul pela autora Angélica Antonia Delfino. A autora destaca as possibilidades de acessibilidade das pessoas com NEE no ambiente escolar levantando algumas falhas durante a formação acadêmica dos cursos de licenciatura no que se refere à Educação Inclusiva. Em seu trabalho, destaca as dificuldades enfrentadas pelos professores de Geografia e pelos alunos com NEE propondo novas práticas pedagógicas dentro da disciplina.

Foi selecionado também o trabalho de conclusão do curso de licenciatura em Geografia apresentado à Universidade do Estado da Bahia, pela discente Juciane das Virgens Rosário e tem como título: **A Educação Especial na Perspectiva da Inclusão na Licenciatura em Geografia, Uneb – Campus IV**. Em seu trabalho, a autora analisou como a Educação Especial na perspectiva da inclusão estava sendo tratada no curso de licenciatura em Geografia, da Universidade do Estado da Bahia-UNEB, Campus IV, Jacobina-Bahia. Levantou uma reflexão acerca da estrutura da matriz curricular do curso de forma a identificar os componentes curriculares que abordam a Educação Especial na perspectiva da inclusão,

descrevendo o processo de operacionalização da Educação Especial no curso de licenciatura em Geografia.

A tese de doutorado da autoria de Ricardo Lopes Fonseca foi apresentada ao curso de Pós-graduação em Geografia da Universidade Estadual de Londrina e tem como título: **Avaliação da Preparação de Graduandos de Geografia para a Inclusão de alunos com Necessidades Educacionais Especiais**, apresentando uma reflexão sobre o processo de inclusão de alunos com NEE nas escolas de educação básica. Por se tratar de um trabalho amplo, exploramos apenas o capítulo 1, que enfocava a questão da “Formação de professores” e “Educação Inclusiva”, e nas considerações finais, da tese que destacava a problemática encontrada pelo autor em relação ao tema explorado.

Para Therrien e Therrien (2004), a análise bibliográfica é um modelo de pesquisa que tem como finalidade apontar o “estado da questão”, onde a partir de um rigoroso levantamento bibliográfico, o pesquisador registra como se encontra o tema investigado no estado atual da ciência. Tal investigação permite ao pesquisador encontrar nos estudos produzidos respostas para algumas questões, da mesma maneira que novas discussões podem surgir contribuindo para a construção do conhecimento.

A partir dessa perspectiva, optou-se por uma pesquisa qualitativa que permita uma ampla investigação para compreensão dos principais aspectos relacionados ao tema. Para Stake (2011), o estudo qualitativo é interpretativo, pois ele se fixa nos significados das relações humanas a partir de diferentes pontos de vista. Destaca que uma das essências da pesquisa qualitativa é a interpretação e o pesquisador deve utilizá-la de maneira a mostrar a complexidade do histórico, porém, deve preservar a unicidade de cada indivíduo.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Nesta análise sobre a Educação Inclusiva e a formação docente em sua relação com o ensino de Geografia verificou-se que Neto e Silva (2019), em seu artigo, destaca que o ensino da Geografia deve promover a compreensão do espaço geográfico como resultado das modificações geradas pela tecnologia e a sociedade. Dessa maneira, as práticas de ensino desse componente curricular devem respeitar os interesses das classes populares considerando a realidade do aluno.

Ao ensinar Geografia, devemos buscar nos alunos referências que contribuam para formação dos espaços de vivência vinculando as experiências cotidianas à compreensão do mundo, tornando-os aptos a atuarem como transformadores da sociedade. Em relação à Educação Inclusiva, os autores afirmam que há a necessidade de mudança da realidade vivida

nos ambientes escolares por uma grande parcela dos alunos. Tal mudança deve ocorrer a partir da reorganização desses ambientes e da diversificação das práticas pedagógicas considerando que os deficientes intelectuais apresentam desenvolvimento cognitivo diferente daquele apresentado pela maioria das pessoas da mesma idade.

Diante disso, a proposta de uma Educação Inclusiva pode caracterizar-se como uma nova possibilidade de reorganização dos elementos constituintes do cotidiano escolar, uma vez que, para tornar-se inclusiva e atender às diferenças de seus alunos é necessário buscar alternativas pedagógicas: flexíveis, abertas e dinâmicas capazes de envolver toda a comunidade escolar e ousar na busca de novas relações educativas, repensando o papel da escola e de seus objetivos educacionais (NETO; SILVA, 2019, p. 36).

A partir do exposto, verifica-se que a proposta da Educação Inclusiva oferece novas possibilidades, porém a sua implementação só será possível a partir da superação de grandes barreiras encontradas pelos docentes e pelas instituições de ensino. A atuação dinâmica, flexível e capaz de buscar novas relações exige tanto da escola como de toda a comunidade escolar condições que até então são inconsistentes. As adaptações curriculares perpassam por regras burocráticas que, na grande maioria das vezes, impedem o sucesso do processo dentro da escola. Em salas de aula super lotadas torna-se impossível a interação entre os docentes de Geografia e os alunos com deficiência intelectual.

Sobre o ensino da Geografia na Educação Inclusiva, Neto e Silva (2019) afirmam que, para que haja qualidade, os alunos devem ser atraídos pelas práticas pedagógicas. Destacam que é essencial que o docente, a partir de sua formação, tenha consciência que, ao ensinar, deve interagir como os alunos de maneira a reconhecer a diversidade e, a partir dessa premissa, deve promover o desenvolvimento de novos conhecimentos que resultem em aprendizagens significativas.

De acordo com o exposto, retoma-se a discussão sobre os obstáculos enfrentados pelos docentes de Geografia no que se refere à atuação na Educação Inclusiva de alunos com deficiência intelectual. A interação com esses alunos requer maior disposição do profissional no que se refere ao tempo dedicado a identificar as dificuldades e mediar as possibilidades de aprendizagens. Esse tempo é quase inexistente diante dos inúmeros afazeres do docente de Geografia mediante uma sala com número exorbitante de alunos.

Delfino (2016) destaca que, no processo de inclusão, além dos professores não se sentirem adequadamente preparados para o trabalho em salas inclusivas, um outro obstáculo enfrentado por esses profissionais é o elevado número de alunos nas salas de aula, tal fato se destaca como uma grande barreira no processo de inclusão.

Outra dificuldade enfrentada em sala de aula pelos professores é o número excessivo de alunos. Esse fator acaba gerando um impedimento para consolidar a inclusão,

pois o professor deve atender todos os seus alunos individualmente para entender suas dificuldades, sua cultura, ouvir suas expectativas, suas ansiedades, conhecer seus objetivos e ajudá-los nas suas necessidades, e também orientá-los para que possam alcançar seus objetivos. Essa prática promove uma relação de afetividade professor-aluno, que na realidade é um elemento fundamental que facilita o processo ensino-aprendizagem (DELFINO, 2016, p. 147).

Retoma-se aqui a questão levantada anteriormente: As instituições escolares foram preparadas para o atendimento de alunos com Necessidades Educacionais Específicas? Escolas não garantem ao docente condições de interação em função de um número excessivo de alunos em sala de aula, não passaram por um processo de adequação e não contribuem para o sucesso do processo de inclusão à medida que distancia a relação entre professores e alunos.

Em relação ao ensino da Geografia, Delfino (2016) alerta que os docentes devem ministrar os conteúdos tomando como base os conhecimentos prévios e, a partir deles, levantar problemáticas que abarquem novos conteúdos e a formulação de novos conceitos. Dessa maneira, o aluno terá mais possibilidades de relacionar a Geografia à vida real criando sentido e se tornando importante para ele. No entanto, devemos destacar que, para que o docente atue de forma dinâmica, deve ter além de condições adequadas no ambiente escolar, clareza das metodologias que utilizar em sua prática escolar. Tal dinâmica dependerá do processo de formação desse profissional.

É de extrema importância que, durante o processo de formação, os alunos de licenciatura em Geografia, futuros docentes, tenham acesso aos conteúdos sobre a Educação Especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores prevista na Resolução CNE/CEB 02/2001, publicada no DOU 14/09/2001. Todavia, identificou-se que esse é um dos obstáculos enfrentados pelos docentes de Geografia no que se refere a sua formação para atuação na Educação Inclusiva de alunos com deficiência intelectual. Grande parte dos cursos de licenciatura em Geografia não oferece aos alunos o que lhes é garantido pela lei.

A partir da problemática da formação docente na perspectiva da Educação Inclusiva, Júnior; Martins; Dias (2018), destacam que é de extrema importância considerar os desafios que esses profissionais enfrentam em suas práticas ao atuarem com alunos da Educação Especial. A ineficiência dos cursos de licenciatura no que se refere ao enfoque da Educação Inclusiva resulta em uma formação insuficiente em relação a conteúdos e metodologias específicas de ensino resultando na carência de critérios para o rendimento escolar dos alunos com NEE.

Júnior; Martins; Dias (2018), através de uma abordagem qualitativa, pesquisaram cinco professores de Geografia para identificar como eles atuavam pedagogicamente com

alunos da educação especial nas aulas de Geografia, com atividades tanto no Ensino Fundamental e Médio quanto no Ensino Profissionalizante de uma escola pública estadual, localizada na cidade de Florianópolis.

Nesse sentido, acredita-se que as falas trazidas pelos professores de Geografia que vivenciam o dia a dia com estudantes da educação especial em sala de aula puderam ajudar a entender que pensar e propor a inclusão, em tempos e espaços contemporâneos, requer um trabalho conjunto dos profissionais que atuam com todas as crianças no espaço escolar e, sobretudo, articular metodologias adequadas com as características dos estudantes presentes na sala de aula. E, ainda, o grande desafio da formação do professor é articular os saberes base de sua formação com as dinâmicas e demandas que a escola do século XXI vem apresentando, com seus vários dilemas, como a falta de infraestrutura, a sobrecarga de trabalho com número elevado de estudantes nas turmas, a falta de políticas públicas que contribuem para o pouco investimento na formação inicial e continuada de professores em nosso país (JÚNIOR; MARTINS; DIAS, 2018, p. 158).

Através de suas abordagens, conseguimos elucidar algumas dificuldades e especificidades da atuação docente para Educação Inclusiva no caso do ensino de Geografia. Segundo os autores, através da experiência dos docentes de Geografia, fica claro que a Educação Inclusiva exige um trabalho coletivo de todos que atuam no ambiente escola. Somando-se a esse desafio, destaca também barreiras que vão desde a formação docente, sobrecarga de trabalho, falta de infraestrutura das escolas até a falta de políticas públicas direcionadas a formação dos docentes.

Como exposto anteriormente, para que ocorra a inclusão de alunos com deficiência intelectual, todos os envolvidos no processo de construção do conhecimento no ambiente escolar devem estar comprometidos e articulados entre si, porém isso só é possível diante do conhecimento e esclarecimentos do tema em questão. Tal debate está relacionado à extensão das iniciativas de formação inicial e continuada de professores que atuarão em salas de Educação Inclusiva.

Em relação a Geografia, Stefenon e Cruz (2018) destacam que há uma precariedade em pesquisas relacionadas ao tema inclusão nas universidades. Tal fato evidencia um importante obstáculo no que se refere à formação docente e à atuação na Educação Inclusiva de alunos com deficiência intelectual. Ressaltam que os currículos dos cursos de Licenciatura em Geografia devem ser reformulados para que além de cumprirem a legislação abranjam também as singularidades presentes no ambiente de atuação do docente, dessa maneira, permitirá que a proposta da Educação Inclusiva seja efetivamente alicerçada e promova a construção da identidade docente a partir de sua formação.

Tal destaque dos autores leva à questão levantada anteriormente: Os docentes em sua formação inicial foram adequadamente preparados para atuarem com a diversidade? A partir

da troca de experiências em ambiente escolar com diversos educadores e na prática como docentes de Geografia pode-se destacar que o processo de formação inicial dos cursos de licenciatura em Geografia é ineficiente no que se refere à preparação desses profissionais para atuarem com a inclusão de alunos com deficiência intelectual.

Levando em consideração os resultados obtidos nesta pesquisa, fica clara a necessidade de ampliação desse debate, a fim de cumprir com as prerrogativas legais de formação de profissionais capacitados para o trabalho com a inclusão, parte importante do conjunto das demandas e necessidades impostas à escola na contemporaneidade (STEFENON; CRUZ, 2018, p. 17).

Ouvindo alunos de licenciatura em Geografia matriculados nos dois últimos anos do curso, os autores destacam que há uma clareza e um consenso entre os entrevistados de que os discentes não se deparam em seu processo de formação inicial com recursos que promovam meios efetivos para atuarem com a inclusão na escola. Segundo os entrevistados, tal fato deve ser discutido nos cursos de licenciatura levando a uma reestruturação gradativa que seja capaz de suprir as necessidades profissionais da atualidade, contribuindo com a geração de recursos capazes de efetivá-las.

Concorda-se com os autores e conclui-se que os docentes em sua formação inicial não foram adequadamente preparados para atuarem com a diversidade. Há sim a necessidade de novas discussões e a ampliação dos debates sobre o tema. Sobre a formação inicial do docente de Geografia, Fonseca (2015) defende que esse processo deve direcionar os futuros profissionais de maneira a desenvolver competências e habilidades que orientem o caminho a ser percorrido por alunos com NEE.

Dessa maneira, as estratégias pedagógicas utilizadas pelos docentes de Geografia estarão amparadas por uma base que permitirá reduzir as chances de fracassos e aumentar as possibilidades de êxito no que se refere as práticas voltadas para alunos com NEE.

Em relação a formação inicial faz-se importante que haja uma articulação entre os componentes pedagógicos, psicológicos e disciplinares para que cada uma das licenciaturas tenha subsídios para promover uma formação voltada para Educação Inclusiva. Além desse fato há um agravante acerca da falta de leis e/ou decretos que obriguem IES a inserir na grade curricular das licenciaturas disciplinas que promovam a formação inicial voltada para a inclusão de alunos com NEE (FONSECA, 2015, p. 134).

Através do exposto, analisa-se a questão proposta anteriormente: “Os docentes participam do processo permanente e constante de aperfeiçoamento dos saberes necessários para atuarem na Educação Inclusiva?” Verifica-se que as políticas públicas não atuam com o objetivo de efetivar o processo de inclusão dos alunos com NEE, visto que não são oferecidos aos docentes cursos de formação continuada de maneira a prepará-los para atuarem na Educação Inclusiva.

Vivencia-se nas práticas escolares uma realidade onde a maioria dos docentes que participam de cursos de formação continuada com o objetivo de aprimorarem seus conhecimentos e diversificarem suas metodologias em escolas inclusivas, busca por iniciativa própria realizá-los e custeá-los sem qualquer apoio ou incentivo do poder público. Diante dos desafios encontrados em seu cotidiano, buscam aprimorar seus conhecimentos e ampliar sua qualificação.

Ao analisar a Educação Especial na perspectiva da inclusão na licenciatura em Geografia em uma Universidade da Bahia, Rosário (2019) considera que os cursos de formação devem ser considerados o ponto de partida para a formação docente. Defende a obrigatoriedade de os cursos de licenciatura oferecerem aos futuros docentes em sua formação inicial um eficiente embasamento no que se refere a Educação Especial e Inclusiva, enfocando que tal proposta é garantida por lei.

Destaca também a necessidade de se tomar medidas que tornem comuns em todos os componentes curriculares reflexões e discussões sobre o tema, dessa maneira ele se tornará relevante. Entretanto, defende que além da formação inicial oferecida como base, no decorrer da sua atuação profissional, o docente de Geografia deve buscar uma complementação através de uma formação continuada. Tal dinâmica proporcionará uma constante atualização através de observações, intervenções, adequações e pesquisas.

Diante das exposições da autora concorda-se que ela propõe a ampliação das discussões sobre Educação Inclusiva no decorrer de todo o processo de formação inicial dos docentes. Tal proposta permitirá uma maior abrangência dos conhecimentos relacionados ao tema e poderão gerar resultados mais satisfatórios do que um estudo isolado. Deve-se destacar, porém, que esses processos de formação do docente de Geografia, seja o inicial ou o continuado devem ocorrer, no entanto, os profissionais devem ter condições e acesso adequados. Tal proposta seria uma saída para efetivação do processo de inclusão, apesar das dificuldades e especificidades serem inúmeras.

Contudo, infelizmente, com base nos dados levantados, pode-se constatar que esta graduação ainda não está organizada para subsidiar os futuros professores de Geografia para o fomento da inclusão escolar e social de pessoas público alvo da Educação Especial/Inclusiva. Em outras palavras, esse modelo de formação, da forma em que está operacionalizado/estruturado não garante por completo uma preparação adequada e, por conseguinte à inclusão educacional e social do público alvo da Educação Especial/Inclusiva (ROSÁRIO, 2019, p. 59).

Considerando o principal objetivo de pesquisa que era descobrir os obstáculos enfrentados pelos docentes de Geografia no que se refere a sua formação para atuação na Educação Inclusiva de alunos com deficiência intelectual, confirma-se, a partir dos autores

analisados, que cursos de licenciatura em Geografia, não oferecem aos futuros docentes assistência suficiente para que contribuam para estimular a inclusão escolar.

Elucidando as dificuldades e especificidades, verifica-se que as garantias legais direcionadas à capacitação inicial dos docentes de Geografia para atuarem em salas com alunos com deficiência intelectual permitiram um avanço, porém ainda há muito que organizar e discutir nas universidades sobre o assunto. Os currículos atuais dos cursos de licenciatura necessitam ser reestruturados possibilitando uma maior abrangência sobre o tema tornando-o mais significativo para a sociedade.

Há um consenso entre os autores analisados sobre a importância da formação inicial, ela é primeiro passo para o docente de Geografia construir sua qualificação profissional voltada a atender a diversidade. Fica evidente a necessidade da formação continuada no decorrer da atuação profissional possibilitando um aprimoramento e atualização dos docentes. No entanto, nos deparamos com outro obstáculo, a formação continuada, na maioria das vezes, não é oferecida gratuitamente por órgãos públicos o que leva os docentes a assumirem as despesas. Concomitante a isso, os professores ainda precisam conciliar a elevada carga horária de trabalho com os cursos de formação.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através de revisões bibliográficas e análises de documentos oficiais sobre a Educação Inclusiva, o desenvolvimento desta pesquisa nos forneceu subsídios para uma reflexão acerca das dificuldades e especificidades da formação docente para Educação Inclusiva no caso do ensino de Geografia para alunos com deficiência intelectual.

A dificuldade inicial em nossa pesquisa, foi encontrar fontes de pesquisa que enfocassem o ensino da Geografia voltado para a inclusão de alunos com deficiência intelectual. Durante a coleta do material para análise na plataforma Google acadêmico, apesar de atribuímos as palavras-chaves: “deficiência intelectual”, “inclusão”, “formação docente” e “ensino Geografia”, entre todos os resultados, nenhum dos trabalhos científicos concentrou-se exclusivamente na inclusão de deficientes intelectuais relacionados ao ensino da Geografia. Mesmo após um minucioso processo de análise desses materiais, nenhuma das produções inclusive as seis selecionadas, forneceram esse foco.

Tal fato evidencia mais uma vez a necessidade de se ampliar as pesquisas voltadas à Educação Inclusiva com enfoque na deficiência intelectual. As análises aconteceram principalmente com enfoque na inclusão de alunos com NEE com uma abordagem genérica.

Em relação ao ensino da Geografia e formação de professores pode-se afirmar que os trabalhos foram fiéis ao enfoque.

Após a leitura e interpretação do material bibliográfico, verificou-se que a Educação Inclusiva avançou em relação a legislação no que se refere à capacitação inicial dos docentes de Geografia para atuarem em salas com alunos com deficiência intelectual. Entretanto, devemos destacar que ainda há muito que se discutir nas universidades sobre o assunto. Os currículos atuais dos cursos de licenciatura necessitam ser aprimorados de maneira a possibilitar uma maior abrangência sobre o tema tornando o mais significativo para a sociedade e consequentemente para as instituições escolares.

A formação inicial é a base para a preparação do docente de Geografia construir sua qualificação voltada a atender os alunos com deficiência intelectual, porém verificamos que a formação continuada é essencial para que os profissionais se atualizem constantemente. Nessa dinâmica, fica evidente um outro obstáculo enfrentado pelos docentes de Geografia, na maioria das vezes, essa formação não é oferecida gratuitamente por órgãos públicos o que leva os docentes a assumirem as despesas. Além dos gastos ainda precisam conciliar a elevada carga horária de trabalho com os cursos de formação, visto que em função da baixa remuneração, as cargas de trabalho dos docentes são ampliadas na busca de um maior rendimento.

Verificou-se, através dessa pesquisa, que o debate em torno da inclusão escolar está intrinsecamente direcionado ao papel do docente. O debate sobre sucesso ou fracasso da inclusão está focado na atuação desse profissional. No entanto, deve-se destacar que tal fato não pode ser analisado de forma isolada como único e exclusivo ponto de análise. É de suma importância destacar a dinâmica dos ambientes escolares bem como a influência de todos os profissionais e estruturas que os compõem. Eles devem estar preparados para o atendimento e envolvimento com os alunos com deficiência intelectual de maneira a contribuir para a efetivação do processo de inclusão escolar.

REFERÊNCIAS

- BARBOSA, Maria Edivani Silva. A geografia na escola: Espaço, tempo e possibilidades. **Revista de Ensino de Geografia**, Uberlândia, v. 7, n. 12, p. 82-113, jan./jun. 2016. ISSN 2179-4510 Disponível em: <<http://www.revistaensinogeografia.ig.ufu.br/> 86> Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.
- BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. CF, Brasília, DF, Senado 1988.
- BRASIL. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: UNESCO, 1994.
- BRASIL. MEC. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Resolução CNE/CEB 02/2001, publicada no DOU 14/09/2001, Seção 1, p. 39 16/10.
- BRASIL. Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica**. 2. ed. Brasília: MEC; SEESP, maio 2002.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. LDB 9.394, de 20 de dezembro de 1996.
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE /CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001 - Mec**. Disponível em: <portal.mec.gov.br > cne > arquivos > pdf > CEB0201> Acesso em: 05 de outubro de 2019 .
- BRASIL. Ministério da Educação. **Resolução CNE/CP nº 1, de 18 de fevereiro de 2002 – MEC**. Disponível em: <portal.mec.gov.br > cne > arquivos > pdf > rcp01_02> 18 de fev. de 2002 CNE. Acesso em: 01 de outubro de 2019.
- BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Marcos Político-Legais da Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. - Brasília: Secretaria de Educação Especial, - 2010. 73 p.
- DELFINO, Angélica Antonia. **Anais do III EnpegSul** – Encontro de Práticas de Ensino de Geografia da Região Sul. II Encontro Paranaense do PIBID Geografia. XIV Encontro de Ensino de Geografia, Mostra de Estágios e de Pesquisas. Encontro de Ensino De Geografia, Mostra de Estágios e de Pesquisas. —Desafios do Ensino de Geografia no Brasil: formação docente, pesquisa e relevância social. De 08 a 10 de dezembro de 2016, Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2016. (P.144 – 154) Disponível em: <https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/63810093/384256243-ANAIS-Final-Evento-Regional-Dez-201620200702-83188-ilx0og.pdf?1593703343=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DDESENHANDO_UM_MATERIAI_PEDAGOGICO_PARA_A.pdf&Expires=1615557112&Signature=JQVM6qhbHy9eQq7RuuDqRrDBsrQCVQh~OxvSjhUx8vgSa4zzPB2TVn8NSZ9HtQlISUe0E8pmZjg57-3RFI0Tp8pmGBRNpAyxULcGQHHCceEh4BodrYarSn~Z3rZnwZaU8t2DunjVJX37WllhC2ZCnliZmUuP~vVaxiZKSz5doQXP1uimaxzBek7YjPbSSi6go0zf4SMY9dLpz7-PDNZBbGR-VgdhdllUIFwRJTOz3aqORn7R9Y5zQB-X7HlyUf7fknBLAi2HXjZujZ3gcfZD~eWnI4c94Cwxv3MM832Yh9JqVtXglTR->

19FL8goFStEViGIni6SyRMj~giPysESQzw__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA#page=144> Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

FONSECA, Ricardo Lopes. **Avaliação da preparação de graduandos de geografia para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais**, RL FONSECA – Universidade Estadual de Londrina, Londrina, 2015. (P. 26 – 56 e 127-135) Disponível em: <https://www.academia.edu/download/61304558/Fonseca_Ricardo_L_Dr_201520191122-25395-i15dny.pdf> Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

JÚNIOR, Luiz Martins; MARTINS, Rosa Elisabete Militz Wypczynski; DIAS, Julice. Travessias e desafios da formação docente de Geografia: educação especial na perspectiva da educação inclusiva. **Rev. Cienc. Educ., Americana, ano XX**, jan./jun. 2018, n. 40, p. 141-163. Disponível em: <<http://www.revista.unisal.br/ojs/index.php/educacao/article/view/684>> Acesso em: 4 de fevereiro de 2021.

KELMAN, C. A. AMPARO, M. A. Sociedade, Educação e Cultura. In: MACIEL, D. A. & BARBATO, S. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão social**. 2 ed. rev. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015.

MACIEL, Diva Albuquerque. **Desenvolvimento humano, educação e inclusão social** – 2. ed. rev.–Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2015. 284 p.; 23 cm.

MORAES, Antonio Carlos Robert. **Geografia: Pequena História Crítica**. 12º Edição – São Paulo: Huciteg, 1993.

NETO, Daniel Rodrigues Silva Luz; SILVA, Juanice Pereira Santos. Ensino de Geografia na Educação Inclusiva nos Anos Finais da Educação Básica. **Revista Tocantinense de Geografia**, v. 8, n. 14, 30 mar. 2019, p. 31-44. Disponível em: <<https://betas.uft.edu.br/periodicos/index.php/geografia/article/view/6630>> Acesso em: 4 de fevereiro de 2021.

PEREIRA, Raquel Maria Fontes do Amaral. **Da Geografia que se ensina à gênese da Geografia moderna**. 2º Edição-Florianópolis: Ed. Da UFSC, 1993.

ROSÁRIO, Juciane das Virgens. **A Educação Especial na perspectiva da inclusão na licenciatura em geografia**, UNEB - Campus IV Universidade do Estado da Bahia – UNEB Departamento de Ciências Humanas - DCH CAMPUS IV – JACOBINA/ Colegiado De Geografia, Trabalho de Conclusão de Curso – TCC Juciane das Virgens Rosário, 2019.

STAKE, Robert E. **Pesquisa qualitativa: estudando como as coisas funcionam**. Tradução de Karla Reis. Porto Alegre: Penso, 2011. 263p. il. 16/10

STEFENON, Daniel Luiz; CRUZ, Gilmar de Carvalho. Representações de Estudantes de Licenciatura em Geografia sobre a Inclusão na Escola. In: **Formação docente**. Belo Horizonte – V. 10 n. 2, 2018. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas-izabela/index.php/fdc/article/view/1642>> Acesso em: 04 de fevereiro de 2021.

THERRIEN, Silvia Maria Nóbrega. THERRIEN, Jacques. **Trabalho Científicos e o Estado da Questão: reflexões teórico-metodológicas Estudos em Avaliação Educacional**, v. 15, n. 6 30, jul.-dez./2004.